

#### **40ª QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DAS CIDADES**

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, na sala de reuniões do Paço Municipal de Matinhos, sito a Rua Pastor Elias Abrahão, número vinte e dois, bairro Centro, neste Município, às quatorze horas reuniu-se o Conselho Municipal da Cidade de Matinhos. Estiveram presentes os Conselheiros: Clécio Vidal, Othon Luiz de Paula, Monique Kist, Carlos Paulino, Zeni Juliano Lindenmyer, Silvana Marta Tumeleno, Pedro Paulo Pereira Jr, Elias Jaques, Ailson Orlei Moro Camargo, José Fernando de Lima, Jilberto Saroba, Jairo Roberto Santos Tavares e Jamidas Moreira da Silva, o Secretário Executivo Luiz Filipe Aguida e os observadores José Adair Santos da Silva, Noiro Adiles B. dos Santos e Pterson B. da Silva. O Sr. Ailson vice-presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, primeiramente o Sr. Ailson lê a pauta da reunião ordinária; aprovação das atas anteriores, aprovação do regime interno, aprovação de resolução para as considerações e recomendações do ministério público, abertura de rua e pontes no balneário Ipacará em terreno particular - Rua Bolívia e assuntos gerais. Dando continuidade a reunião o Sr. Ailson direciona à primeira pauta da reunião, aprovação de atas anteriores: trigésima terceira, trigésima quarta, trigésima quinta o qual foi aprovado o regimento interno estão feitas, faltando apenas a ata da trigésima sexta reunião o qual ainda não foi localizado o áudio e a trigésima oitava que o áudio encontra-se em péssima qualidade o que dificulta a transcrição. Devido ao atraso das atas anteriores e nem todos terem lido-as fica decidido fazer somente a leitura a última ata, trigésima nona, a aprovação foi unânime pelos conselheiros após a sua leitura, exceto as correções apontadas pelo Sr Ailson, sendo assim após a ata alterada será repassada para os conselheiros. Jilberto Saroba questiona a elaboração das atas solicitando que sejam mais pontuais aos assuntos debatidos, nomeando os comentários e propostas. A ata do dia onze de setembro de dois mil e dezessete tendo como pauta a aprovação do regime interno, realizada pelo Sr. Ailson e depois encaminhada aos conselheiros para apontamentos e alterações, após esses apontamentos a ata foi encaminhada a professora Silvana para correção as quais foram realizadas pelo Sr. Ailson, esta também aprovada de forma unânime pelos conselheiros. Para as atas anteriores foi sugerido pelos conselheiros Clécio Vidal, professora Silvana e o Sr Ailson que sejam inseridos comentários de forma colaborativa pelos outros conselheiros com o que cada um lembra-se da reunião para melhorar o conteúdo das atas anteriores. O Sr. Ailson encaminha para a segunda pauta da reunião, aprovação do regime interno, sua consideração é seja feita a resolução do regime interno e mandada para o diário oficial, sem mais comentários o Sr. Ailson encaminha para a terceira pauta da reunião,

aprovação de resolução para as considerações e recomendações do Ministério Público, o Sr. Ailson comenta que fez uma proposta desde o dia dezoito de junho de dois mil e dezessete para que as considerações e recomendações do Ministério Público da doutora Carolina sobre o Plano Diretor tornassem-se uma resolução e fosse aprovada na reunião, cartilha que foi encaminhada a todos e tratam-se sobre uma diretriz do Plano Diretor, alterações, regularização fundiária e citações de leis, antes da votação a professora Silvana levanta um questionamento sobre a formação dos comitês técnicos e em resposta o vice-presidente Sr. Ailson diz que já possui vários nomes, mas não todos, então a professora Silvana sugere que sejam montados os comitês técnicos para avaliar as considerações e recomendações do Ministério Público vendo o que é cabível ou não, sendo pertinente uma análise dos comitês dentro de cada área para que não ocorram aprovações de resoluções que não sejam cabíveis, se tornando contrárias após a aprovação das considerações e recomendações do Ministério Público, que não entre em contradições posteriormente, sugerindo que sejam bem analisadas, estudadas as recomendações pelos conselheiros e para que cada comitê possa dizer quais são as considerações a fazer sobre cada área específica. Após as considerações da professora Silvana todos os conselheiros e Sr. Ailson aprovam sua sugestão assim não realizando a votação das considerações e recomendações do Ministério Público. Dando continuidade o Sr. Ailson dá início a última pauta da reunião o qual se trata da abertura de Rua no Balneário Ipacaraí, o Sr. Ailson comenta que chegou às suas mãos documentos dizendo que a Prefeitura Municipal de Matinhos estaria abrindo ruas em terrenos particulares e assim sendo o Sr. Ailson foi verificar e tirar fotos do local, comentando que levará ao Ministério Público o fato ocorrido esta semana. Nesta reunião o Sr. Ailson trouxe a Sra. Zeni, seu esposo e filho para explicar melhor a situação ocorrida no Balneário Ipacaraí. A Sra. Zeni mostra para os conselheiros a área Marajó falando que o loteamento é da família Siba, onde foi aberto no ano de 1962 e por volta dos anos 80 o Sr. e a Sra. donas do loteamento vieram a falecer e neste meio tempo de fazer o inventário as pessoas foram invadindo a área, por volta de 1998 a Sra. Zeni conheceu a família aqui em Matinhos - Pr a família pediu para a Sra. Zeni cuidar das áreas que ainda estavam vagas, para não deixar mais o pessoal invadir, neste meio tempo também havia um Sr. que cuidava da área para eles por volta de 25 anos. Nesses últimos anos a Sra. Zeni solicitou uma licença para o IAP para a abertura da rua e se passaram três anos correndo o processo e o IAP solicitou que fosse feita uma licença prévia do loteamento para a possibilidade de abertura da rua. Após um tempo apareceu o Sr. Paulo Silva com uma procuração do Antonio Siba autorizando a venda da área, o

qual a Sr. Zeni relata que é falso o documento. Depois desses acontecimentos a Sr. Zeni diz que aproximadamente duas a três semanas atrás ela estava na Rua Bolívia e olhou lá para baixo e viu o pessoal abrindo rua, a bica corrida, uma retroescavadeira, dois caminhões e um funcionário da prefeitura, a Sr. Zeni foi perguntar a mando de quem estavam abrindo a rua e disseram que foi a mando dum vereador o qual ela não citou porque ela quer que seja feito uma investigação sobre o assunto. O vereador Fernando faz um comentário e fala que o Renato agradeceu a abertura da rua e realização da ponte, a Sra. Zeni responde o vereador dizendo que não é este o problema, abertura da rua e realização da ponte próxima ao rio não tem problema e sim a rua aberta dentro do loteamento. O Sr. Clécio Vidal Diretor do Urbanismo comenta sobre o assunto que ele foi lá olhar, a pedido do Jilberto, no local tinha alguns terrenos em algumas áreas mostradas no mapa durante a reunião, que são aterros antigos, terrenos cercados e que não houve desmatamento recentemente afirma Clécio Vidal, explica que no seu entendimento que naquela rua havia terrenos aterrados alguns anos já e que possivelmente possam ter aberto rua para chegar nestes terrenos já aterrados, nos 100 metros que ele viu, somente naquela rua que ele foi ver ele disse que não houve desmatamento recentemente e que já foi desmatado antigamente para poderem ter chegado com caminhões nos terrenos já aterrados. O Sr. Jose pede a palavra e mostra no mapa onde saiu a ponte e comenta que a Rua Bolívia está aberta até a Rua Ipacará e que da quadra 20 a 21 o Sr. Paulo Silva foi lá e começou a derrubar árvores com a motosserra e neste momento o Sr. Jose foi até o IAP fazer a denuncia, este caso já está correndo no Ministério Público, Sr. Jose explica que os terrenos aterrados e cercados comentados pelo Sr. Clécio foram feitos sob responsabilidade do Sr. Paulo Silva mas que este senhor não possui a documentação da área, o Sr. Clécio interrompe e diz que a Prefeitura irá notificar o responsável, segundo o Sr Jose é o Paulo Silva naquela área. Seguindo com a palavra o Sr. Jose comenta que não tem problema em ser área de zca1 ou zca2 e sim de terem feito por conta enquanto eles estão atrás das liberações e que o problema foi a continuação do que está lá. Após as discussões o Sr. Ailson retoma a palavra e propõem a votação sobre o assunto em pauta para levar ao Ministério Público, antes disso a professora Silvana pede a palavra e questiona aos outros conselheiros sobre quais são as atribuições do conselho, buscando clareza das atribuições do conselho, como conselheira ela explana sua opinião que o conselho tem caráter fiscalizatório sim, mas qual é este caráter fiscalizatório? A professora explica que o caráter fiscalizatório é em relação à concepção das políticas gerais da cidade, o que se quer definir no Plano Diretor como área x, y ou z, a professora Silvana deixa claro que é importante

ter noção dos problemas que ocorrem sim ok, mas para tratar problemas pontuais como este o conselho não possui poder de polícia, que este tipo de investigação não cabe ao conselho e sim da pessoa ir ao Ministério Público, o que cabe ao conselho é discutir que esta área autorizada como loteamento lá nos anos 60 e 70 e que não foi implantada durante 40 ou 50 anos e posteriormente teve um Plano Diretor que o transformou essa área numa área ambiental, este se torna um problema do conselho, um problema macro onde ocorre a defesa do proprietário como loteamento e a Prefeitura defendendo aquela área como uma área ambiental, a posição do que se deve fazer com área, indenizar ou não os proprietários, no que vão transformar área, isto cabe ao conselho e não a denúncia como um crime, ou investigar, o conselho não tem poder de trazer provas e julgar e emitir um parecer sobre o assunto. A professora Silvana como conselheira indica que o conselho possa fazer um ofício a Secretaria de Obras e a Secretaria do Meio Ambiente para ver quais medidas serão tomadas, se serão abertos inquéritos para serem analisados sobre este apontamento que chegou ao conselho. Neste momento o Vereador Fernando toma a palavra e convoca os secretários para esclarecimentos do assunto. Sendo assim o Sr Ailson retoma a palavra e aceita a proposta da professora Silvana e realiza a votação em duas etapas, a primeira votação notificando as secretarias e o Ministério Público tendo os votos: 4 votos não (Othon Luiz de Paula, Carlos Paulino, Elias Jaques e Jairo Roberto Santos Tavares) e 3 votos sim (José Fernando de Lima, Jilberto Saroba e Jamidas Moreira da Silva). A segunda votação é de só oficializar as secretarias tendo os votos: 5 votos sim (Othon Luiz de Paula, Carlos Paulino, Elias Jaques, José Fernando de Lima e Jairo Roberto Santos Tavares) e 2 votos não (Jilberto Saroba e Jamidas Moreira da Silva). Após as votações o Vice Presidente Sr. Ailson agradece a participação de todos os conselheiros e dá como encerrada a reunião.

**AILSON ORLEI MORO CAMARGO**  
Vice-Presidente

**LUIZ FILIPE AGUIDA**  
Secretário Executivo